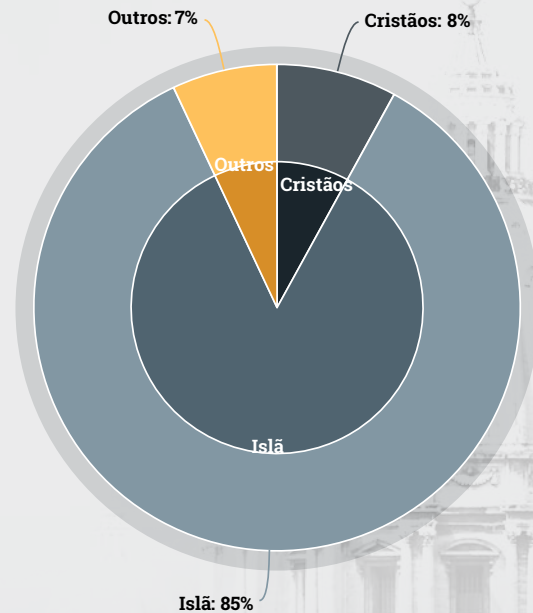
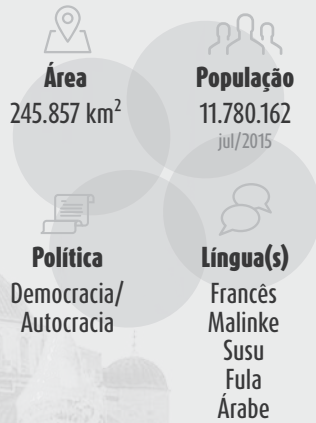


Guiné-Conacri



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

As leis do país garantem uma liberdade religiosa abrangente, como por exemplo o direito a escolher a própria religião livremente e também a converter-se a outra religião. A Guiné é um país de grande diversidade étnica e religiosa e, na prática, estes direitos são em geral observados sem grandes restrições, mesmo que a atitude do Governo para com os vários grupos religiosos revele tendências fortemente autoritárias. Assim, o Islamismo tem revelado tradicionalmente uma atitude relativamente moderada para com as outras religiões. Há também um Conselho Inter-religioso, que trabalha os assuntos religiosos em estreita ligação com o Governo.^[1] Durante o período em análise, houve relatos por parte de clérigos não muçulmanos de tratamento preferencial a ser dado aos muçulmanos nas instituições estatais. Contudo, não foram citados exemplos concretos.^[2]

As comunidades religiosas são obrigadas a registrar-se junto da autoridade apropriada, o Secretariado dos Assuntos Religiosos (SAR), e cada grupo oficialmente reconhecido deve apresentar um relatório das suas atividades a cada seis

meses. O registro permite que as comunidades tenham certas isenções fiscais e subsídios de energia. Não houve relatos de grandes dificuldades a este respeito durante o período em questão.^[3]

Os grupos religiosos não são autorizados a ter estações de rádio ou televisão. No entanto, são autorizados a emitir programas religiosos através dos canais de televisão comerciais. Às várias comunidades religiosas é também atribuído tempo de emissão grátis na televisão estatal através do SAR. Isto inclui a transmissão das orações muçulmanas de sexta-feira, instrução na fé islâmica e o culto dominical cristão numa base rotativa. O SAR tem inspetores em todas as zonas do país, cuja tarefa é supervisionar o culto e a pregação religiosa. A sua competência abrange todas as religiões. O SAR disponibiliza igualmente tópicos semanais para a pregação e monitorizam as comunidades religiosas em termos de cumprimento das normas.^[4]

INCIDENTES

O SAR também disponibiliza apoio às peregrinações religiosas, embora a epidemia de Ebola em 2014/2015 tenha impedido que os 10 mil peregrinos muçulmanos, que teriam sido ajudados, de viajar para Meca, pois foi-lhes recusada entrada na Arábia Saudita devido à epidemia. Pela primeira vez, o Governo também subsidiou peregrinos católicos que

[1] Departamento de Estado Norte-Americano: International Religious Freedom Report for 2014

[2] *Ibidem*

[3] *Ibidem*

[4] *Ibidem*

viajavam para locais de peregrinação na Europa. Cem peregrinos receberam subsídios para peregrinações em França, Espanha e Portugal, e foi prometida ajuda semelhante de forma mais generalizada no futuro, um gesto visto amplamente como um sinal das boas relações entre as várias religiões na Guiné.^[5]

No campo da educação, existe uma separação estrita entre o Estado e a religião e, conseqüentemente, não há instrução religiosa no currículo escolar oficial. Apesar disso, há muitas escolas privadas administradas por grupos religiosos em todo o país, tanto muçulmanos como cristãos, e muitas destas escolas também receberam apoio das autoridades locais.^[6]

As relações entre as várias comunidades religiosas são boas. Contudo, resta saber que impacto terá o resultado das eleições presidenciais de 11 de outubro de 2015 a médio e longo prazo na situação social global. Nas eleições presidenciais e legislativas de 2010 e 2013, a oposição acusou o Governo de manipular os resultados. E em 2015 houve novamente acusações de fraude, desta vez contra o partido do Governo, em torno do presidente em funções e da eleição do vencedor, Alpha Condé. O líder da oposição, Cellou Dalein Diallo, e o seu partido apelaram a que os resultados fossem declarados inválidos.^[7] O Arcebispo Vincent Coulibaly da Diocese de Conacri descreveu as eleições de 2015 como um “teste à maturidade política”.^[8] Há esperanças de que a presidência de Condé, de 77 anos, vá trazer maior democracia, após décadas de domínio ditatorial. No entanto, em alguns círculos, o presidente Condé foi acusado de uso arbitrário do poder.

Ao mesmo tempo, a Guiné está recuperando lentamente da devastadora epidemia do Ebola, que irrompeu na primavera de 2014 e que paralisou o país, roubando mais de 2.500 vidas só na Guiné, na altura em que o país foi declarado como livre do Ebola pela Organização Mundial de Saúde, em 29 de dezembro de 2015. E ainda há a possibilidade de poderem ocorrer outros surtos.^[9] A epidemia também causou grandes danos em inúmeras comunidades religiosas, enquanto as famílias foram devastadas e as comunidades rurais foram dilaceradas. Em muitos lugares, a base da vida comunitária foi literalmente destruída. Outro problema grave que o país enfrenta são os elevados níveis de criminalidade e corrupção. A Guiné tornou-se um ponto estratégico do tráfico internacional de drogas na África Ocidental.^[10]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Apesar da controvérsia política e de outras questões que continuam afligindo o país, em geral as perspectivas para a liberdade religiosa parecem ser boas. O aumento do apoio do SAR às peregrinações de cidadãos não muçulmanos parece indicar um aumento da igualdade para grupos religiosos.

[5] *Ibidem*

[6] *Ibidem*

[7] <http://www.dw.com/de/cond%C3%A9-bleibt-pr%C3%A4sident-in-guinea/a-18789036>

[8] http://de.radiovaticana.va/news/2015/10/15/guinea_erneut_vor-wurf-manipulierter_wahlen_/1179451

[9] <https://www.auswaertiges-amt.de>

[10] <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=182200>